



BOLETIM

INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXIV nº 1309 - 13/07/2015 a 19/07/2015

Tiragem desta edição 25.000 exemplares

VENDA CASADA



PEDÁGIO

Força-tarefa
em ação

HISTÓRIA

O impeachment
de Collor

INTEGRAÇÃO

O entendimento de
produtores/indústria

Aos Leitores

A criatividade nacional gerou expressões para traduzir situações onde, para se obter alguma coisa, é preciso oferecer algo em troca. Em Brasília, pratica-se contínua e historicamente o que chamam de “oração de São Francisco”, referindo-se ao “é dando que se recebe” ou o “toma-lá,dá-cá” simbolizado, principalmente, pela troca de votos por cargos no governo.

Com esse mesmo sentido, alguém criou a “venda casada” para também explicar as exigências de gerentes de agentes financeiros para a liberação de recursos de crédito rural. Para levar o que deve ser líquido, e certo que será liquidado no prazo fixado, o produtor rural é colocado na parede. Caso não leve “produtos” bancários, a grana do financiamento para investimento ou custeio ou não sai, ou enfrenta insondáveis obstáculos.

Qual a diferença entre “reciprocidade” e “venda casada”? O que diz a legislação? Quais as recomendações ao produtor que se sentir lesado? São o tema de capa nesta edição tratado pelo coordenador do DTE/FAEP, Pedro Loyola.

Índice

Pedágio	03
Venda Casada	06
Seminários de grãos	12
História - Impeachment de Collor	14
Lei de Integração	16
Conservação de Solos	18
Sucroenergético	21
Raiva Bovina	22
Show Pecuário	23
Preços Mínimos	24
Nota/Fundepc	25
Notas/Cartas	26
Eventos Sindicais	28
Via Rápida	30

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná
Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oraldí Caldato, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santoroza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR
Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:**

Sebastião Olímpio Santoroza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon | **Editor:** Hélio Teixeira | **Redação e Revisão:** Hemely Cardoso, Katia Santos e André Amorim | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuel | **Ilustração:** Icaro Freitas

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Peça-se citar a fonte.

Fotos da edição 1309: Fernando Santos, AEN, Milton Dória, Divulgação e Arquivo FAEP.

A FAEP e a questão dos pedágios

Grupo de trabalho vai analisar contratos com as Concessionárias e buscar alternativas que atendam o interesse público, ou seja, mais obras e tarifas mais baixas



Em novembro de 1997 foi assinado com seis empresas, para um período de 24 anos, a concessão das rodovias do chamado Anel de Integração. Num polígono geométrico que interliga Curitiba, Ponta Grossa, Guarapuava, Cascavel, Foz do Iguaçu, Campo Mourão, Maringá, Paranavaí, Londrina e Paranaguá foi iniciada a cobrança de pedágios.

Os valores das tarifas foram definidos nos editais de licitação para cobrir os investimentos com obras de restauração, duplicação e melhorias, implantação dos serviços, além das despesas administra-

tivas, custos financeiros, impostos e despesas com a prestação dos serviços aos usuários nas rodovias durante 24 horas.

Os mais velhos lembram que a maioria das rodovias naquela época eram verdadeiros “mata burros”. Foram melhoradas? Sim, mas a que preço? Ao de tarifas exorbitantes, reflexo do ambiente econômico que dominava o país na época do contrato inicial.

Nos anos seguintes, manobras contratuais para “segurar” as tarifas aconteceram nos governos Jaime Lerner e Roberto Requião, por questões eleitorais de um e pela fantasia do “ou baixa ou acaba”

de outro. Os contratos receberam aditivos e uma penca de processos aterrissou na Justiça. O resultado desse binômio é que foram retiradas dos contratos a obrigação de construção de várias obras de duplicação e outras foram escanteadas para o final dos contratos.

Entre elas, por exemplo, a duplicação da BR-277 que deveria estar pronta em 2009, ou a duplicação dos estratégicos 170 quilômetros entre Cascavel e Campo Mourão, cujo início está previsto para o final desta década.

Mesmo assim, nesse cenário de tarifas altas e ausência de obras importantes, a economia do Paraná manteve a quinta posição do país, enquanto o Valor Bruto da Produção (VBP) saltava de R\$ 11,8 bilhões em 2000 para R\$ 70,5 bilhões em 2014, sextuplicando em menos de uma década e meia.

Analistas e colonistas mostram que, em meio à dramática situação econômica do país, apenas a agropecuária respira e cresce. A movimentação da produção está vinculada ao modal rodoviário que absorve 70 % do seu transporte, em direção ao parque agroindustrial interno ou ao Porto de Paranaguá.

O Paraná não pode esperar

Até 2020, segundo a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), o Brasil ultrapassará os Estados Unidos e se tornará o maior exportador de alimentos do planeta. Esse avanço poderia ser mais rápido não fossem as perdas geradas pela ineficiência na infraestrutura.

O coordenador do Núcleo de Logística, Supply Chain e Infraestrutura da Fundação Dom Cabral, Paulo Resende, afirmou que a matriz de transportes continuará desequilibrada pelos próximos 10 a 15 anos.

“Somos um país sobre rodas, que transporta 80% dos produtos nos caminhões em rodovias que estão em péssimas condições.”

Não se nega que as rodovias pedagiadas do Anel de Integração estão em melhores condições do que em outras regiões como o Centro-Oeste. Poderiam estar bem melhores. O Paraná não pode esperar sete, oito anos por obras que são imprescindíveis ao agronegócio e a toda economia do Estado. Se não houver negociações, os contratos permanecerão intocados até o final de 2021.

Quando dezembro chegar, os usuários das rodovias do Anel de Integração ouvirão o anúncio de um reajuste das tarifas que beijará os dois dígitos, fruto da inflação prevista para este ano em mais de 9%. E a cena se repetirá em correções anuais.

Por isso, a FAEP foi em busca de alternativas. Ouviu todas as concessionárias, contratou uma consultoria para avaliar os contratos (especialmente as tarifas), as questões judiciais pendentes e participa da Força Tarefa criada para elaborar um Plano a ser apresentado ao secretário nacional de Transportes, do Ministério dos Transportes, Luciano Castro.

As cláusulas negociadas de forma nebulosa no passado poderão ser revistas se não atenderem ao interesse público.

É preciso compreender que há contratos em vigor e as empresas poderiam simplesmente ignorar iniciativas de antecipar obras e reduzir as tarifas. A discussão poderia ficar para 2022, mas nos encontros da FAEP com executivos das concessionárias houve boa vontade para abrir negociações.

Todas as questões serão expostas de forma transparente à sociedade e não se repetirá o que ficou notório nas alterações contratuais feitas em anos passados, quando se pensou no momento e não no futuro.



Quantos pagam pedágios ?

Uma das principais tarefas do Grupo de Trabalho encarregado de avaliar a questão das concessões das rodovias é saber, afinal, qual o volume de veículos que transita (e paga) as tarifas do pedágio nas 27 praças do Estado.

Curiosamente essa questão básica para dimensionar o tráfego – e o faturamento das seis concessionárias, nunca foi apresentada e nenhum governo, desde a assinatura dos contratos, há 18 anos. As concessionárias, em seus balanços, apresentam números que podem até ser realistas, mas cabe ao poder concedente (o estado) fiscalizar e checar tais números.

Algo que não parece ser tão complicado assim, basta circular pelas mesmas rodovias pedagiadas ou por vias urbanas de cidades médias e grandes cidades para ser flagrado por sensores, que medem a velocidade e fotografam os veículos mediante controles instalados na base dos pavimentos... A tecnologia está, portanto, disponível.



A mobilização pela melhoria da BR-369

Como um bisturi, a rodovia BR-369 corta a região Norte do Paraná, a partir de Ourinhos, na divisa com São Paulo, até alcançar Cascavel, no Oeste. Ou seja, cruza as duas principais regiões produtoras do Estado. Há um trecho mais crítico, entre Jataizinho-Cornélio Procópio-Ourinhos e que é o exemplo de que aditivos contratuais com as Concessionárias resultaram em sérios prejuízos à sociedade, pelo estrangulamento do tráfego e pelo número de acidentes. Um aditivo no contrato assinado em 2000 estimava a duplicação da rodovia a partir de 2002, mas foi prorrogada para começar apenas em 2021.

Uma grande mobilização vem acontecendo na região e no último dia 6, representantes da FAEP, Associação dos Municípios do Norte do Paraná (Amunip), Associação dos Municípios do Norte Pioneiro (Amunorpi), Associação Comercial e Industrial de Cornélio Procópio, além de lideranças políticas, religiosas e empresariais, estiveram na Assembleia Legislativa e no Palácio Iguazu, reivindicando melhorias na BR-369. A proposta é a duplicação do trecho de Jataizinho a Cornélio Procópio, e a construção de terceiras faixas até Ourinhos, em São Paulo.

Na audiência, o governador Beto Richa, disse aos representantes daquela região: “Vamos chamar a concessionária de pedágio e, com diálogo, fazer prevalecer o interesse público”. “Precisamos da BR-369 duplicada para salvar vidas e contribuir para o desenvolvimento da região. Essa será nossa prioridade a partir de agora”.

O Grupo de Trabalho

No último dia 7, em Brasília, a vice-governadora Cida Borghetti entregou ao secretário de Gestão de Programas de Transportes do Ministério dos Transportes, Luciano Castro, um ofício do governador Beto Richa indicando os representantes do governo do Paraná e do setor produtivo para participar do grupo de trabalho que vai estudar a prorrogação da delegação das rodovias federais que formam o Anel de Integração no Paraná. Segundo Cida, “o Paraná quer a redução do pedágio, a execução das obras necessárias e acabar de vez com a discussão jurídica que já vem de longa data”, disse. A vice-governadora convidou o secretário nacional de transportes Luciano Castro, a vir ao Paraná para conhecer com mais detalhes a situação das rodovias pedagiadas do Anel de Integração.

O governo do Paraná indicou o diretor-geral do Departamento de Estradas e Rodagem (DER), Nelson Leal Júnior, e o diretor de Fiscalização e Qualidade de Serviços da Agência Reguladora do Paraná (Agepar), José Alfredo Stratmann. Já o setor produtivo destacou o presidente do Sinduscon/Oeste, Edson José de Vasconcelos, e o consultor técnico da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), Antônio José Correia Ribas. Eles serão coordenados pela vice-governadora e pelos secretários Eduardo Sciarra (Casa Civil) e José Richa Filho (Infraestrutura e Logística).

Venda casada de produtos bancários

FAEP orienta produtores a denunciarem a venda casada vinculada ao Crédito Rural

Por Pedro Loyola, coordenador do Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP



No meio rural são comuns os casos de agricultores que financiam a produção com linhas de custeio ou investimento e se veem envolvidos com a venda casada de produtos bancários. A venda casada de produtos e serviços oferecidos nas instituições financeiras costuma ocorrer durante a negociação da liberação e assinatura do contrato de financiamento.

A prática abusiva obriga o cliente a adquirir títulos de capitalização, consórcios ou aplicar parte do crédito rural em in-

vestimentos como poupança, fundos de aplicação financeira ou planos de previdência privada, dentre outros. O “cardápio” pode variar de acordo com as metas a serem cumpridas pelos agentes financeiros.

A liberação de crédito rural condicionada à compra de produtos bancários, exceto os previstos em lei ou como garantia de operações, configura prática proibida por lei, conhecida como “venda casada” (veja QUADRO 1).

QUADRO 1. PRÁTICAS MAIS COMUNS DE VENDA CASADA x RECIPROCIDADE x GARANTIAS

<p>VENDA CASADA CONDICIONA O ACESSO AO CRÉDITO RURAL</p>	<p>RECIPROCIDADE NÃO CONDICIONA O ACESSO AO CRÉDITO RURAL</p>	<p>GARANTIAS DE CRÉDITO RURAL PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO – BACEN (MCR 2.3)</p>
<p>Oferta do produto no momento da contratação do crédito rural e que condiciona a liberação do recurso: aplicação em títulos de capitalização; contratação de consórcios; aplicação financeira em fundos de investimento; CDB; planos de previdência privada ou poupança, muitas vezes utilizando até parte dos valores da operação de crédito rural.</p>	<p>Compra de qualquer produto bancário que atenda o interesse ou necessidade do produtor, ofertado a qualquer momento pelo agente financeiro, desde que não condicione o acesso ao crédito rural à compra desse produto.</p>	<p>Pode constituir-se de: penhor agrícola, pecuário, mercantil, florestal e cedular; alienação fiduciária; hipoteca comum ou cedular; aval ou fiança; seguro rural (agrícola, equipamentos, vida, pecuário) ou do amparo do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro); proteção de preço futuro da commodity agropecuária, inclusive por meio de penhor de direitos, contratual ou cedular.</p>

O QUE DIZ A LEGISLAÇÃO?

Código de Defesa do Consumidor (CDC)

A prática utilizada pelos agentes financeiros, conhecida como “venda casada”, é expressamente proibida na Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, artigo 39 do CDC: “SEÇÃO IV - Das Práticas Abusivas - Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994) I - condicionar o fornecimento de produto ou de serviço

ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos; (...) V - exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva”.

Manual do Crédito Rural (MCR)

A Resolução nº 4.137/2012 do Conselho Monetário Nacional (CMN) estabelece que: “A exigência de qualquer forma de reciprocidade bancária na concessão de crédito rural sujeita a instituição financeira e os seus administradores às sanções previstas na legislação e regulamentação em vigor”.

A Resolução nº 3.694/2009 do Conselho Monetário Nacional (CMN) estabelece que: “Art. 1º As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, na contratação de operações e na prestação de serviços, devem assegurar: I - a adequação dos produtos e serviços ofertados ou recomendados às necessidades, interesses e objetivos dos clientes e usuários (...) III - a prestação das informações necessárias à livre escolha e à tomada de decisões por parte de clientes e usuários, explicitando, inclusive, direitos e deveres, responsabilidades, custos ou ônus, penalidades e eventuais riscos existentes na execução de operações e na prestação de serviços; IV - o fornecimento tempestivo ao cliente ou usuário de contratos, recibos, extratos, comprovantes e outros documentos relativos a operações e a serviços;”.

A Resolução nº 3.208/2004 do Conselho Monetário Nacional (CMN) estabelece que: “1 - As seguintes despesas podem ser cobradas do mutuário do crédito rural: a) remuneração financeira; b) Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF); c) custo de prestação de serviços; d) previstas no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro); e) prêmio do seguro rural, observadas as normas divulgadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados; f) sanções pecuniárias; g) prêmios em contratos de opção de venda, do mesmo produto agropecuário objeto do financiamento de custeio ou comercialização, em bolsas de mercadorias e futuros nacionais, e taxas e emolumentos referentes a essas operações de contratos de opção. 2 - Nenhuma outra despesa pode ser exigida do mutuário, salvo o exato valor de gastos efetuados à sua conta pela instituição financeira ou decorrentes de expressas disposições legais”.

Legislação sobre repressão às infrações contra a ordem econômica. A Lei nº 12.529/2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica, estabelece que: “(...) Art. 36. Constituem infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados: (...) IV - exercer de forma abusiva posição dominante. (...) § 2º Presume-se posição dominante sempre que uma empresa ou grupo de empresas for capaz de alterar unilateral ou coordenadamente as condições de mercado ou quando controlar 20% (vinte por cento) ou mais do mercado relevante, podendo este percentual ser alterado pelo Cade para setores específicos da economia. § 3º As seguintes condutas, além de outras, na medida em que configurem hipótese prevista no caput deste artigo e seus incisos, caracterizam infração da ordem econômica: (...) XVIII - subordinar a venda de um bem à aquisição de outro ou à utilização de um serviço, ou subordinar a prestação de um serviço à utilização de outro ou à aquisição de um bem”.

Garantias do crédito rural

A Lei nº 4.829/1965, que regulamenta o crédito rural, estabelece, em seu art. 26, que “a constituição das garantias (...), de livre convenção entre financiado e financiador, observará a legislação própria de cada tipo, bem como as normas complementares que o Conselho Monetário Nacional estabelecer ou aprovar”. O Manual de Crédito Rural (MCR) do Banco Central, na seção 2.3, estabelece as garantias de crédito rural (ver Quadro 1).





Consequências da Venda Casada

As operações de crédito rural são regulamentadas por normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Essas normas constam do Manual do Crédito Rural (MCR), o qual define que o crédito de custeio destina-se a cobrir despesas normais dos ciclos produtivos.

Logo, se os produtores são obrigados a utilizar parte do financiamento ou dos recursos próprios para comprar títulos de capitalização e outros produtos e serviços como aplicações financeiras, a subtração desses valores se configura em desvio da finalidade e condiciona o produtor a utilizar menos tecnologia na safra ou a buscar novos recursos, geralmente mais onerosos, para complementar aquilo que a instituição financeira o obrigou a adquirir em troca do acesso ao crédito. A consequência ao produtor é o aumento do custo de produção via aumento dos custos financeiros para realizar o custeio das atividades.

A venda casada imposta aos produtores rurais prejudica o uso correto dos recursos e o momento adequado a sua utilização no empreendimento. Como os recursos de crédito rural têm taxas de juros equalizadas pelo Tesouro Nacional, a indesejável venda casada é um custo ao produtor e para toda a sociedade.

Além disso, a venda casada é também uma conduta an-

ticompetitiva, conforme a legislação sobre repressão às infrações contra a ordem econômica (Lei nº 12.529/2011, ver Quadro 2 das legislações). Ao condicionar o acesso ao crédito à compra de um produto, o agente financeiro está privando o mutuário de comparar as condições desse produto em outros concorrentes, inviabilizando a possibilidade de outras empresas concorrerem nesse mercado. Essa prática pode ser fiscalizada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), autarquia federal vinculada ao Ministério da Justiça.

O que não caracteriza a Venda Casada

O agente financeiro pode ofertar (vender) produtos bancários, desde que não condicione aos produtores rurais a compra desses produtos à liberação do financiamento rural ou com o objetivo de liberar mais rapidamente os recursos do crédito.

A legislação também prevê a obrigatoriedade de contratação de seguro de bens nos financiamentos com recursos do BNDES, bem como é uma prerrogativa do banco e negociável com o cliente a contratação de garantias como o seguro rural ou Proagro em operações de crédito, sendo que nas operações de custeio do Pronaf a contratação de Proagro é obrigatória.

Frente Parlamentar da Agricultura

A FAEP participou de um debate sobre estratégias para combater a venda casada no crédito rural. O evento foi realizado em 11/06 no Instituto Pensar Agro (IPA), vinculado à Frente Parlamentar da Agricultura em Brasília. Nesse fórum, o Banco do Brasil informou que a venda de títulos de capitalização aos clientes enquadrados como produtor rural foi desvinculada das metas das agências e da remuneração variável dos funcionários do banco. Além disso, o banco emite comunicados aos funcionários informando que é proibida a venda casada, prevendo inclusive penalidades para quem cometer essa prática.

A FAEP e a Aprosoja apresentaram os casos mais comuns de venda casada e explicaram o motivo do baixo registro de reclamações nos órgãos oficiais como o Procon e o Bacen: isso se deve porque os consumidores, nesse caso os produtores rurais, temem retaliações dos agentes financeiros diante da necessidade do financiamento. Geralmente esse produtor já é cliente tradicional, têm diversas operações e dívidas nesse agente financeiro, o que dificulta a denúncia ou mesmo que troque de instituição financeira.

O Bacen afirmou que pode averiguar as denúncias de venda casada com a identificação do produtor e a agência onde ocorreu a prática. No entanto, o Bacen reconheceu que os produtores não fazem denúncias com medo de serem retaliados. Foi sugerido que as denúncias realizadas contra o agente financeiro sejam feitas aos sindicatos e federações, e que estas averiguando que há um número significativo de casos em determinada região, poderiam encaminhar a denúncia ao Bacen sem identificar os casos concretos.

O Bacen faria uma solicitação ao agente financeiro de todos os extratos de conta corrente dos clientes com liberação de crédito rural e cruzaria essa informação com a venda de produtos financeiros (aplicações, títulos de capitalização, etc). Caracterizada a venda casada o Bacen poderia aplicar as sanções administrativas previstas em lei. Essa reunião contou com a presença de representantes de bancos, seguradoras e das entidades representativas de produtores.

Recomendações aos produtores sobre Reciprocidade Bancária

A venda casada não pode ser confundida com a reciprocidade. Na venda casada o agente financeiro condiciona a liberação do crédito rural à compra de produtos e serviços bancários. A reciprocidade bancária consiste na concessão e liberação de crédito e empréstimos a clientes que atribuam à instituição bancária preferência em serviços e produtos, não havendo a obrigatoriedade da aquisição de produtos.

Portanto, é facultado ao produtor escolher em qual agente financeiro quer manter maior reciprocidade, recomendando-se que

concentre suas atividades no agente financeiro em que é cliente no crédito rural. Essa reciprocidade pode ser realizada com a compra de produtos e serviços que atendam as necessidades individuais de cada produtor, como o seguro da casa, de automóvel, vida, veículos e outros bens, ou ainda investimentos, cartão de crédito, etc.

Os funcionários dos agentes financeiros podem ofertar produtos e serviços bancários, mas cabe ao produtor decidir quais demandas possui e se o produto ofertado está aderente às suas necessidades e dentro da sua capacidade de pagamento, sem prejudicar os recursos liberados nos financiamentos concedidos para o custeio das atividades agropecuárias ou na aquisição de máquinas agrícolas.

Como e onde realizar as denúncias de Venda Casada

A FAEP está acompanhando os casos de venda casada em defesa do produtor rural. A Federação encaminhou uma carta aos sindicatos rurais informando das medidas a serem adotadas em caso de denúncias de produtores.

O produtor que se sentir lesado por uma venda casada deverá procurar o sindicato rural, que acionará a FAEP. A Federação entrará com a denúncia no Banco Central, sem a necessidade de identificar os produtores. Da mesma forma, a Assessoria Jurídica da FAEP analisará os casos em que as denúncias possam ser encaminhadas ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e ao Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), autarquias federais, vinculadas ao Ministério da Justiça.



Cobrança indevida desde 1988

A organização pode fazer diferença na hora de exigir seus direitos. Um produtor da região Noroeste do Paraná (que prefere não ter seu nome divulgado para evitar possíveis retaliações da instituição financeira) recebeu este ano parte dos valores que vinham sendo cobrados indevidamente desde 1988.

Em 2008 ele entrou na justiça pedindo revisão dos juros pagos em diversas cédulas rurais. O percentual de juros destas cédulas não pode exceder 12%, porém havia cobranças de juros de mais de 20%. “A base da primeira ação, que recebi esse ano, foram as cédulas do Plano Collor, que cobraram 40% de juros”, conta. Além desta primeira ação – cujos valores já foram pagos – ele tem outras três em tramitação.

A vitória legal só foi possível porque o produtor tinha todos os documentos guardados. “Felizmente tenho uma secretária que me ajuda há mais de 30 anos”, afirma. A trajetória não foi fácil. “Teve retaliação, cortaram meus cartões de crédito, até pra pegar talão de cheque eu tive dificuldade”, conta. Segundo ele, outros produtores rurais da região que tiveram o mesmo problema se recusaram a entrar na justiça com receio de se indispor com a instituição financeira. “Agora eles estão arrependidos”, diz.

Imposição de três diferentes instituições financeiras

Um produtor da região Oeste (que também pede para não ter o nome divulgado) conta que nos últimos anos trabalhou com três diferentes instituições, e a venda casada foi uma imposição em todas elas. “Como eu não concordava, eles foram cerceando o crédito e tardando as liberações”, conta ele.

Em 2008, ele conta que se recusou a adquirir um produto que não fazia parte da carteira agrícola, mas que era uma imposição do banco. “Eles deixaram meu projeto parado 106 dias e, como eu não adquiri o outro produto que eles queriam, não aprovaram a liberação, foi quando eu saí deste banco”, lembra.

Depois desse episódio, ele passou por outras duas instituições financeiras, sempre sofrendo o mesmo problema. A venda casada em algumas situações representava 5% e até 10% do valor total do financiamento. Na terceira instituição, a exigência era que ele adquirisse produtos e insumos da cooperativa para que o crédito fosse liberado. “Não tem pra onde correr. Me sinto num corredor da morte”, lamenta o produtor.

Temendo represálias maiores, ele não ingressou com nenhuma medida judicial contra as instituições financeiras. “Poderia piorar ainda mais o que já estava ocorrendo, quando você entra com uma ação você cai em uma lista negra, ai que a torneira fecha”, afirma. Segundo ele existe um descaso geral com as normas estabelecidas pelo Banco Central. “Você se sente impotente diante de uma situação que você sabe que é ilegal, mas não pode fazer nada a respeito”, diz.

Brasil vai abolindo aos poucos a “VENDA CASADA”

Em 20 de janeiro de 2015, os meios de comunicação informaram que o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) do Ministério da Justiça multou as principais varejistas de eletrônicos e eletrodomésticos do país em cerca de R\$ 29 milhões por venda casada.

Exemplos dessa prática, considerada como abusiva pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC), não faltam. Um deles, bem tradicional, é a proibição de levar para as salas de cinema pipoca que não seja comprada no próprio estabelecimento. O Superior Tribunal de

Justiça (STJ) julgou ação em 2007 decidindo que os frequentadores de cinema não estão obrigados a consumir unicamente os produtos da empresa vendidos na entrada da sala de projeção.

Há ainda inúmeras decisões judiciais favorecendo o consumidor. O STJ entendeu que nenhum mutuário é obrigado a contratar o seguro habitacional no mesmo banco que financiou o imóvel. A Segunda Seção do STJ consolidou, através da súmula nº 473, seu entendimento acerca da abusividade de se impor aos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) a contratação de seguro habitacional com a própria instituição financeira mutuante ou com seguradora por ela indicada, pelo fato de essa prática configurar a venda casada ou operação casada, prática expressamente proibida pelo Código de Defesa do Consumidor.

Tendências do Mercado de Grãos

Sistema FAEP promove seminários em vários municípios do PR



Qual a melhor hora de vender a produção agrícola? O preço da soja vai subir ou cair? Estas dúvidas dos agricultores, e muitas outras, serão debatidas nos **Seminários Tendências de Mercado de Grãos de Soja, Milho e Trigo** com o analista de mercado de commodities Flávio França Junior, consultor sênior da França Jr Consultoria. O evento, promovido pelo Sistema FAEP, começa a partir do dia 28 de julho e termina no dia 7 de agosto e será realizado nas cidades: Ponta Grossa, Guarapuava, Pato Branco, Cascavel, Medianeira, Cornélio Procópio, Londrina e Maringá.

Em entrevista ao Boletim Informativo, o palestrante França Júnior, comenta sobre o atual cenário econômico, a safra americana e as expectativas de mercado nesse momento.

BI - O primeiro semestre de 2015 começou com uma sensação de que os preços das commodities seriam piores em 2015 e 2016. Em final de junho o clima nos EUA mudou e os preços reagiram. Agora o clima dá sinais de melhora por lá. Qual a sua avaliação desse momento?

Flávio – Na verdade os preços em 2015 serão efetivamente menores em relação ao ano passado. Nós vivemos agora aquele mercado de clima, portanto a cada dia há grandes flutuações nos preços provocados pelas mudanças climáticas. O fato concreto que temos até agora é que o mês de junho foi muito úmido para o Meio-Oeste americano, que concentra a maior parte da produção nos Estados Unidos. Esse excesso de chuvas dificultou o fechamento de plantio de soja, trouxe problemas para a colheita de trigo de inverno e atrapalhou o potencial produtivo para a safra de milho. Sem contar que ainda inúmeras lavouras foram inundadas pela água. Diante disso, se criou um ambiente de nervosismo para a definição da nova safra americana e os mercados reagiram: saíram dos US\$ 9 e foram para pouco mais que US\$ 10 pelo bushel de soja. O que temos de efetivo até esse momento? O cenário está mais complicado para o milho do que para a soja porque nas áreas onde o cereal foi plantado, muitas delas foram inundadas e não serão replantadas. No caso da oleaginosa, mesmo fora do período de recomendação, ainda há tempo para que seja realizado o replantio. De certa forma, o quadro ainda está totalmente indefinido em relação à nova safra nos Estados Unidos. Por isso está ocorrendo essa volatilidade de preços e vamos continuar observando o que vai acontecer nas próximas semanas.

BI – Para o produtor de soja é hora de vender ou dá para aguardar um pouco mais?

Flávio - Nesse momento há um grande grau de nervosismo e gostaria de observar que entre essas variáveis de volatilidade na formação dos preços da safra americana, temos que lembrar a grande insegurança econômica no mercado mundial devido a dívida da Grécia. Eu diria que a venda é recomendada para aquele produtor que ainda não vendeu ou comercializou muito pouco da soja até agora, porque nesse

momento os preços são remuneradores e vale a pena vender. Mas, no geral, acredito que é bom esperar um pouco mais. Tudo vai depender do clima nos Estados Unidos e da demanda americana. É melhor esperar esse tumulto financeiro passar e, além disso, aguardar a possibilidade de um câmbio melhor à frente. Esse é um momento de muita cautela para se jogar no mercado.

BI – Você vê a soja mais perto de US\$ 9 ou de US\$ 10 por bushel nos próximos meses?

Flávio – Nós observamos que no último levantamento divulgado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), no dia 30 de junho, o fluxo de consumo está muito forte para o mercado norte-americano, tanto na exportação como no mercado interno. Isso é muito importante porque essa previsão aparentemente elevou os patamares da soja, do milho e do trigo, juntamente com toda essa questão do clima por lá. Na minha avaliação, a chance do bushel voltar para os US\$ 9 é muito menor. As condições climáticas nos Estados Unidos vão indicar o que vem pela frente. Na minha análise, os preços podem melhorar durante o ano e há a possibilidade de avançarmos acima de US\$ 11.

BI - Hoje estamos vivendo um período de retração econômica no Brasil e a agropecuária continua salvando a economia do país. Como você avalia esse cenário no futuro?

Flávio - Quando se trata da economia brasileira antes de melhorar a coisa vai piorar. Estamos ainda no começo dos problemas nessa questão de desemprego e recessão econômica, acredito que o buraco ainda é maior. O agronegócio hoje é o setor mais dinâmico da economia do país, porém, também está sendo afetado pela crise. Alguns segmentos já começam a sentir esses problemas, como o de insumos e máquinas agrícolas, principalmente. A crise está chegando ao setor, embora esteja num patamar inferior quando comparado ao da indústria. Acredito que o agro vai passar por um período de cautela até que esse momento de crise passe e o Brasil volte a crescer, o que vai acontecer entre um ano e meio e dois anos.

DATAS E LOCAIS

PONTA GROSSA

28 de Julho / 9h - 11h30

Salão Nobre da Acipg

Ass. Comercial E Industrial De Ponta Grossa.

(R. Coronel Dulcídio, nº 975 – Centro)

GUARAPUAVA

28 de Julho / 19h - 21h30

Anfiteatro do Sindicato Rural de Guarapuava

(R. Afonso Botelho, nº 58 – Trianon)

PATO BRANCO

29 de Julho / 9h - 11h30

Auditório do Centro Regional

de Eventos de Pato Branco

(R. Benjamim Borges do Santos s/n

Bairro Fraron)

CASCADEL

30 de Julho / 9h - 11h30

Auditório do Sindicato Rural de Cascavel

(R. Paraná, nº 3937)

MEDIANEIRA

31 de Julho / 9h - 11h30

ACIME - Associação Empresarial de Medianeira

(Av. José Callegari, nº 700, Centro)

CORNÉLIO PROCÓPIO

06 de Agosto / 9h - 11h30

Anfiteatro do Sindicato Rural

(Av. Alberto Carazzai, nº1630 – Centro)

LONDRINA

06 de Agosto / 19h - 21h30

Auditório Milton Alcover

Parque de Exposições Governador Ney Braga

(Av. Tiradentes, nº 6275)

MARINGÁ

07 de Agosto / 9h - 11h30

Auditório da Sociedade Rural de Maringá

Parque Internacional de Exposições Francisco Feio Ribeiro

(Av. Colombo, 2186 - Vila Morangueira)

Há 26 anos, Collor caiu

Estima-se que o esquema de PC Farias movimentou US\$ 350 milhões. Já o “petrolão” atual...



Tudo começou em 1989, quando o Brasil realizou a primeira eleição direta após três décadas. Durante a campanha eleitoral para a escolha do primeiro presidente eleito pelo voto popular após a ditadura, ele se apresentou como “caçador de marajás”. Chegou feito um foguete. Fernando Collor se elegeu com mais de 35 milhões de votos contra 31 milhões do adversário Lula.

Aos 41 anos, tornou-se o mais jovem presidente da história do país. “Vamos fazer do nosso voto, a nossa arma, para retirar do Palácio do Planalto, em Brasília, os maiores marajás deste país”, prometeu Collor em um comício.

Com o país em hiperinflação, sua primeira medida na Presidência foi pôr em prática um plano de Reconstrução Nacional, dividido em planos Collor I e II. Em março de 1990, o governo ressuscitou o cruzeiro como moeda, demitiu funcionários públicos, congelou salários e preços e confiscou depósitos bancários.

As medidas, profundamente impopulares, não surtiram o efeito desejado e seis meses depois, um novo pacote, também sem êxito, culminou na demissão da ministra da Fazenda, Zélia Cardoso.

Meses depois da posse ocorrida em 15 de março de 1990,

começaram a surgir denúncias de que o tesoureiro da campanha de Collor, Paulo César Farias, o PC Farias, pedia dinheiro a empresários e oferecia vantagens no governo. Em 1991, Collor falou publicamente sobre as suspeitas. “Toda e qualquer denúncia tem que ser exemplarmente apurada”, afirmou.

Já com a popularidade em risco, Collor não tardaria a sofrer um novo golpe: foi atingido pelas denúncias do irmão Pedro Collor, em maio de 1992. Uma reportagem da revista “Veja” levou à abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso, porque Pedro Collor disse à revista que PC Farias era “testa-de-ferro” do irmão e que o presidente sabia das atividades criminosas do tesoureiro.

O Brasil descobriu a existência de um esquema de corrupção abrigado na presidência. PC Farias recebia propina de empresários interessados em negociar com órgãos do governo, ficava com 30% do dinheiro arrecadado e repassava o restante ao presidente. Firms fantasmas foram criadas para emitir notas fiscais frias. Estima-se que o esquema tenha movimentado, por baixo, US\$ 350 milhões.

Fichinha perto dos bilhões que a Operação Lava Jato vem identificando no chamado “petrolão” da Petrobras.

Em 20 de junho de 1992, Collor negou relações com PC Farias. “Há cerca de dois anos não encontro o senhor Paulo César Farias, nem falo com ele. Mente quem afirma o contrário.”

Diante da pressão da CPI, Collor pediu o apoio da população.

- “Que saiam no próximo domingo de casa com alguma das peças de roupa nas cores da nossa bandeira. Que exponham nas janelas, que exponham toalhas, panos, o que tiver nas cores da nossa bandeira. Porque assim nós estaremos mostrando onde está a verdadeira maioria”, disse o então presidente.

O Fiat Elba



Foi mal-sucedido e os chamados “caras-pintadas” saíram às ruas vestidos de preto e pedindo a saída dele da Presidência. No mesmo mês, a CPI no Congresso concluiu que ele foi beneficiado pelo suposto esquema montado pelo ex-tesoureiro PC Farias.

O relatório da CPI afirmou que Collor cometeu crime de responsabilidade ao usar cheques fantasmas para o pagamento de despesas pessoais, como uma reforma na Casa da Dinda e a compra de um carro Fiat Elba. Com isso, o caminho para o impeachment estava aberto.

Em 29 de setembro de 1992, a Câmara dos Deputados aprovou o impeachment com a perda do cargo de presidente, marco do processo que levou à renúncia e perda dos direitos políticos de Collor por oito anos.

O caso foi ao Senado, que abriu um processo para apurar se houve crime de responsabilidade e que deveria estar concluído em até 180 dias. A comissão de impeachment era presidida pelo presidente do Supremo.

Até lá, Collor ficaria afastado da presidência temporariamente, sendo substituído pelo vice Itamar Franco, o que só aconteceu em 2 de outubro de 1992. O dia em que Collor desceu a rampa do Palácio do Planalto pela última vez.

Em 29 de dezembro, em uma sessão comandada pelo presidente do STF, Sidney Sanches, o Senado decidiu que Fernando Collor era culpado pelo crime de responsabilidade. Para tentar escapar da possível inelegibilidade por oito anos, o ex-presidente renunciou.

O Congresso entendeu que, mesmo assim, ele deveria per-

der os direitos políticos. O ex-presidente tentou questionar a inelegibilidade no Supremo, mas o tribunal entendeu que ele deveria mesmo perder os direitos políticos.

Senador alagoano



Em 2006, 14 anos depois da queda, Fernando Collor voltou à vida política ao ser eleito senador por Alagoas, e reeleito em 2014. Respondeu a 14 inquéritos no STF, oito petições criminais, quatro ações penais e constava como parte em mais de duas dúzias de habeas corpus. No STF, Collor, saiu ileso em todos os casos.

Agora, ele volta a ser apontado como um dos beneficiários do esquema do “petrolão”. Segundo a revista Veja, no acordo de delação premiada na Operação Lava Jato, que apura corrupção na Petrobras, o empreiteiro Ricardo Pessoa, da UTC, afirmou que repassou R\$ 20 milhões a aliados do senador alagoano como comissão por um contrato de R\$ 650 milhões fechado pela UTC com a BR Distribuidora.

Morte de PC



Personagem central das denúncias que levaram à queda de Collor, PC Farias foi preso na Tailândia em novembro de 1993 em razão de um processo pelo qual respondia por sonegação fiscal.

Quase três anos depois, em 23 de junho de 1996, quando estava em liberdade condicional, ele e a namorada foram

encontrados mortos em uma casa de praia em Maceió.

A polícia concluiu que PC foi morto pela namorada, que, segundo a versão policial, se suicidou em seguida. As circunstâncias e motivações do crime, no entanto, nunca foram completamente esclarecidas.

Lei da Integração: acordo fechado

Produtores e agroindústrias do Paraná chegam a um consenso sobre a proposta do texto da Lei

Por Katia Santos



No último dia 03 de julho, na sede da FAEP, em Curitiba, aconteceu um encontro entre representantes dos avicultores e suinocultores do Paraná, e representantes da FAEP, da Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Estado do Paraná (Sindiavipar), das agroindústrias JBS Brasil, BRF Brasil, GTFoods, Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Associação Catarinense das Indústrias Avícolas (Acave), da Câmara de Integração Nacional, que reúne a ABPA e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), o Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (Sinditabaco) e assessores jurídicos das instituições.

Ao final de uma ampla discussão os representantes chegaram a um consenso sobre a redação de três artigos do Projeto de Lei nº 6459/2013, que dispõe sobre os contratos de integração, estabelece condições, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e integradores. O sistema de Integração envolve várias cadeias produtivas como: avicultura, suino-

cultura, produção de uva, fumo, etc.

O produtor e presidente da Comissão Técnica da Avicultura da FAEP, Amarildo Brustolin, destacou dois tópicos, que segundo ele representam o grande avanço do texto:

1 – A construção de um valor de referência para a remuneração do integrado, que será definido pela Comissão de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (Cadec) em cada unidade industrial integrada. Esse valor servirá de referência para as negociações de remuneração dos produtores com as agroindústrias, e, **2** – É da competência do Fórum Nacional de Integração da Agroindústria (Foniagro) a constituição de Grupo de Trabalho para estabelecer a metodologia para o cálculo do valor de referência da remuneração do integrado. O Foniagro será criado por essa lei.

“Para a construção do texto houve flexibilização de ambas as partes. O importante é que caminhamos, avançamos, é disso que os produtores e indústrias precisam. Sair do lugar. Não podemos ficar mais parados sem nenhuma base para as negociações”, avaliou.

JBS Brasil



“O Paraná deu um passo muito importante nesse encontro em relação ao Projeto de Lei da Integração. Era esperada essa postura do Estado, que é o principal produtor de frangos e nada mais coerente do que o Paraná ser o puxador desse consenso. Construímos aqui uma redação que nos coloca de volta na mesa de diálogo. Todo mundo quer uma cadeia competitiva, todo mundo quer ganhar dinheiro. Essa redação que construímos com os produtores nos coloca nesse parâmetro, que respeita a meritocracia e a competitividade”, avaliou José Antônio Ribas Junior, representante da JBS Brasil, da Câmara de Integração Nacional e presidente da Acave.

De acordo com Ribas, os próximos passos são a busca do consenso de outras regiões produtoras. “Tenho certeza que Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e outros Estados nos apoiarão nessa aliança nacional. Depois temos que buscar o entendimento e a negociação com o relator do projeto e finalizar uma proposta para ser encaminhada para votação”, finalizou.

BRF Brasil

“Estamos, há mais de oito anos, tentando um consenso na avicultura/suínocultura para aprovar uma legislação para o setor. Aqui finalizamos uma redação que traz avanço para toda a cadeia de integração, transparência para a relação e a oportunidade dos integrados regulamentarem as bases de negociação junto às empresas. O texto permite também a discussão sobre a sustentabilidade das cadeias, questão que é fundamental para o país. O acordo é um marco para o Brasil, e o Paraná como maior produtor de aves e suínos não podia se furtar de ser o líder desse processo”, comentou Luiz Adalberto Stabile Benício, representante da BRF Brasil.

“Considero esse encontro como um dos passos mais importantes dos últimos anos. Deixamos de lado os extremismos e partimos para a realidade do campo. Conseguimos uma redação que

contempla essa realidade e ao mesmo tempo atende o anseio dos produtores e das agroindústrias. O setor de produção de aves e suínos do Paraná é uma referência nacional, pelo seu tamanho, nível técnico e pela história. Chegar a esse consenso aqui com certeza terá um peso na avaliação dos outros Estados”, avaliou Paulo Celestino Rossato, coordenador da área de sustentabilidade da BRF Brasil.

Art. 4º - Inciso VII - Visando a assegurar a viabilidade econômica, o equilíbrio dos contratos e a continuidade do processo produtivo, será observada pelo integrador o valor de referência para a remuneração do integrado, definido pela CADEC na forma do artigo 12 desta lei, desde que atendidas as obrigações contidas no contrato;

Art. 6º - Inciso VII – Determinar e fazer cumprir o Preço de Referência a que alude o art. 4º, VII, desta lei.

Artigo 12 do Projeto de Lei nº 6.459, de 2013, dê-se a seguinte redação, precedida do título “Disposições Finais e Transitórias”, renumerando-se o atual art. 12 como art. 13:

Art. 12 - Para fins de cumprimento ao disposto no inciso VII do art. 4º da presente lei compete ao FONIAGRO a constituição de Grupo de Trabalho para estabelecer a metodologia para o cálculo do valor de referência da remuneração do integrado, que deverá observar o custo de produção, dentre outras variáveis, para cada cadeia produtiva.

§ 1º – Para a elaboração da fórmula do preço de referência, será constituído um Grupo de Trabalho tripartite com representantes dos integradores, dos integrados e de técnicos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

§ 2º - O Grupo de Trabalho terá como única função a elaboração da forma de cálculo do preço de referência.

§ 3º - O Grupo de Trabalho terá o prazo máximo de 18 (dezoito) meses, contados da promulgação desta lei, para apresentar as fórmulas de cálculo para cada cadeia produtiva.

§ 4º - Os integrantes do Grupo de Trabalho serão indicados pelo Foniagro, a quem incumbirá também o acompanhamento dos trabalhos e o envio da fórmula para posterior inclusão no Regulamento.

Quem usa, cuida II

SENAR-PR disponibiliza sete cursos na área de conservação de solo para que o produtor faça o manejo de solo correto

Por Katia Santos



A engenheira-agrícola e pesquisadora do Instituto Agronômico do Paraná (Iapar), Grasiela Barbosa aponta a erosão hídrica e a compactação do solo como os principais problemas que afetam e degradam o solo paranaense, causando perdas significativas na lavoura. O motivo, segundo ela, é o abandono pelos produtores rurais de técnicas agrícolas como terraceamento e curvas de nível, barreiras físicas que combatem a erosão do solo e ao mesmo tempo mantêm os nutrientes do solo.

“Nas décadas de 80/90 os produtores aderiram ao Sistema de Plantio Direto (SPD) e acreditaram que todos os problemas de solo estavam resolvidos. Quando falamos em SPD falamos de um conjunto de ações não de atos isolados. Por exemplo, a rotação de cultura consiste em uma forma alternada de cultivar plantas, que possuem sistemas, radicular e foliar, diferentes. Ficar só com a dupla soja/milho safrinha não significa rotacionar culturas”, explica Grasiela.

Com essa postura, o produtor rural não está computando o prejuízo da lavoura, que não se limita a baixa produtividade das plantas. Mas, principalmente, a má utilização dos recursos que ele investe no solo como os adubos. “Os fertilizantes precisam da umidade para que

possam se diluir e serem absorvidos pelas raízes das plantas no solo. Uma palhada bem feita, além de reter a umidade na terra, impede que o solo sofra com a erosão causada pela água da chuva. O milho safrinha não consegue produzir uma palhada em volume e quantidade ideais para proteção do solo”, diz ela.

**“Três pilares do Sistema de Plantio Direto (SPD)- Semeadura direta; rotação de cultura e manutenção de uma palhada de qualidade no solo”,
Grasiela Barbosa, Iapar**



“Nós temos um lote com 38 hectares com uma topografia irregular, portanto um desafio para produzir grãos. Fiz o curso do SENAR-PR de Trabalhador no Cultivo de Grãos e Oleaginosas – Sistema de Plantio Direto para buscar mais conhecimento, especificamente para essa área mais difícil que tem problemas de erosão. Nas áreas planas da propriedade já usamos o SPD sem problemas”, relata.

Hashimoto conta que o curso aprofundou seu domínio sobre a técnica de plantio direto. “Eu conhecia a importância da palhada, mas o curso me trouxe outros aspectos que permitem testar o plantio de cobertura verde nessa área específica da propriedade. Acredito que devemos alcançar melhores resultados com o que aprendi”, finaliza.

Outro produtor que também vai mudar sua postura em relação às práticas de conservação de solo é Adalmir Viante de Araújo, 40 anos do município de Palmeira. Ele planta feijão, milho e fumo em terras arrendadas e pretende

investir mais em cobertura verde.

“Ao final do curso cheguei a conclusão que não conhecia com profundidade o solo em que trabalho. Agora tenho segurança para fazer a correção do solo e acompanhar o resultado das análises de solo. Fiquei tão animado que pretendo fazer outro curso do SENAR-PR, que trata especificamente e em detalhes da erosão e do terraceamento”.

A falta de cuidado com o solo causa muito mais do que perdas de produtividade, pode gerar multa ao produtor rural. De acordo com a coordenação do Programa de Fiscalização do Uso do Solo Agrícola da Agência de Defesa Agropecuária (Adapar), no ano passado ocorreram 513 denúncias em relação ao mau uso de solos. Dessas denúncias foram geradas 633 notificações, que resultaram em 72 casos de autos de infração. Em 2015, até o dia 15 de abril, 203 denúncias foram registradas, a maioria nas regiões de Campo Mourão, Umuarama, Toledo, Maringá e Paranavaí.

Para evitar a degradação do solo, promover a conscientização do produtor rural sobre a preservação do solo e manter a propriedade regularizada em relação ao uso do solo, o SENAR-PR oferece cursos específicos.

“Queremos estimular a participação do produtor nos cursos direcionados ao manejo e conservação de solos. Quando o produtor entende a importância da preservação do solo ele passa a desenvolver uma postura conservacionista na condução da lavoura”, comenta o engenheiro-agrônomo e técnico do SENAR-PR, Leandro Alegriani.

Mais conhecimento

Embora formado em engenharia de computação, Allan Kleber Yoshiriro Hashimoto, 25 anos, do município de Primeiro de Maio, no Norte paranaense, divide com o pai a administração da fazenda de 242 hectares.



Os cursos do SENAR-PR

A seguir, um resumo dos cursos que o SENAR-PR oferece voltados ao manejo e conservação de solos. Os cursos são gratuitos e para se inscrever o produtor deve procurar o sindicato rural mais próximo:

1) Trabalhador no Cultivo de Fumo - Manejo conservacionista de solo

O participante adquire conhecimento para reconhecer as vantagens e implantar formas de manejo e conservação dos solos planejando adequadamente o uso da terra para a cultura do tabaco.

Carga horária 16 horas

O conteúdo aborda: Sistemas de preparo de solo; Origem; Morfologia e classificação brasileira de solos; Manejo e conservação; Planejamento da propriedade; Diagnóstico físico, químico e biológico do solo; Manejo do solo e ações corretivas; Resultados de produtividade e qualidade no tabaco.

2) Trabalhador no Cultivo de Grãos e Oleaginosas manejo e conservação de solos

O objetivo é fazer o produtor reconhecer as vantagens e implantar formas de manejo e conservação dos solos planejando adequadamente o uso da terra.

Carga horária 8 horas

Alguns tópicos abordados: Formação do solo; Perfil e a constituição do solo; Erosão do solo; Uso e planejamento da terra.

3) Trabalhador no Cultivo de Grãos e Oleaginosas - Manejo de plantas daninhas em plantio direto

O objetivo é controlar ervas daninhas, com técnicas de manejo nas áreas de cultivo sob plantio direto da propriedade rural.

Carga horária 8 horas

Entre os temas abordados: Definição de plantas daninhas; Estratégias de colonização das plantas daninhas; Competição e período; Benefício das plantas daninhas; Herbicidas e manejo integrado.

4) Trabalhador no Cultivo de Grãos e Oleaginosas mecanização para Sistema de Plantio Direto (SPD)

Operar máquinas para manejo de coberturas e semeadura no sistema plantio direto.

Carga horária 16 horas

Conteúdo: Máquinas para manejo mecânico; Escolha do método de manejo; Semeadora e Adubadora de precisão; Semeadoras-adubadoras de fluxo contínuo; Desempenho de semeadoras adubadoras de plantio direto.

5) Trabalhador no Cultivo de Grãos e Oleaginosas - Sistema plantio direto

Implantar o sistema de plantio direto em propriedade rural.

Carga horária 24 horas

Alguns tópicos do conteúdo: Conceito sistêmico e modalidades de SPD; Escolha correta de maquinário; Importância da cobertura do solo; Importância da rotação de cultura; Formação de planos sequenciais de rotação de culturas anuais com inclusão de adubos verdes; Como o SPD melhora o solo; Reconstrução da matéria orgânica; Correção da acidez sem incorporação mecânica de calcário; Racionalização do uso de adubos químicos em SPD.

6) Trabalhador no Cultivo de Grãos e Oleaginosas - Sistematização de áreas

Executar as práticas de sistematização de áreas.

Carga horária 8 horas

Conteúdo: Terraços conceito e utilização; Tipos de terraços, métodos de construção e dimensionamento; Integração dos terraços com estradas e canais escoadouros, e manutenção de práticas mecânicas e o preparo do solo; Locação e construção de terraços e manutenção de outras práticas de conservação integradas ao sistema.

7) Trabalhador na Olericultura Básica - Caracterização e conservação de solos

Manejar o solo de acordo com as práticas conservacionistas e suas características. *Este curso estará disponível para o público a partir de agosto.

Carga horária 40 horas

O conteúdo trata da importância do solo e sua conservação, composição dos solos; atributos dos solos que influenciam o desenvolvimento das plantas; solos do Paraná; processos de degradação e seu controle, erosão, compactação, salinização e acidificação.

Energia Renovada

Programa da FAEP apoiado pelo governo estadual tem como objetivo expandir e reativar setor sucroenergético do Paraná



Para recuperar o combalido setor sucroenergético do Paraná, melhorando suas condições de produção com vistas ao aproveitamento da palha e do bagaço de cana-de-açúcar na produção de energia elétrica, o governo do Paraná publicou, na terça-feira (7), um Decreto instituindo o Programa de Reativação da Expansão do Setor Sucroenergético do Paraná.

O programa foi elaborado em conjunto pela FAEP e pela Associação dos Produtores de Bioenergia do Paraná (Alcopar) prevendo investimentos privados da ordem de R\$ 4,5 bilhões ao longo de três anos. “A proposta da FAEP tem importância fundamental para o resgate do setor sucroalcooleiro, que foi praticamente abandonado”, disse o governador Beto Richa.

Dentre as metas do programa, está o aumento da área plantada e da produtividade dos canaviais, com a renovação de 360 mil hectares (ha) e o plantio adicional de 90 mil ha, além do aumento da participação da biomassa de cana-de-açúcar na matriz energética paranaense, com objetivo de aumentar em 3,342 milhões MWh a

geração excedente de energia. Este acréscimo energético vem da queima da palha da cana e da melhoria de eficiência dos equipamentos para queima do bagaço. Apenas esta energia advinda da biomassa, equivale à produção de 1,2 turbina da Usina de Itaipu.

O programa também pretende melhorar as condições de infraestrutura e logística para o escoamento dos produtos do setor sucroenergético. Este tópico prevê o aumento da participação dos produtores de açúcar e etanol do Estado na estrutura do Porto de Paranaguá, e o aprofundamento de estudos para a renovação das concessões de infraestrutura portuária, rodoviária e ferroviária, a fim de baratear os custos de transporte.

O governo do Estado se compromete, através do documento, a dar todo o apoio necessário ao programa através de suas empresas, secretarias e órgãos competentes. Também está previsto no texto do Decreto o apoio financeiro do governo estadual, por meio da Agência de Fomento do Estado, além de estímulos fiscais estaduais, que seriam concedidos através da isenção do ICMS incidente sobre a palha e o bagaço de cana destinados à produção de energia, e da manutenção dos procedimentos para habilitação, transferência e apropriação de créditos de ICMS por meio do Sistema de Controle da Transferência e Utilização de Créditos Acumulados (Siscred).

Além do aumento da produtividade e da área dos canaviais, melhorias em infraestrutura e benefícios fiscais, o programa prevê a geração e 12,8 mil novos empregos diretos e outros 30 mil indiretos. Hoje, o setor sucroenergético paranaense é responsável por mais de 65 mil empregos diretos e 150 mil indiretos. A renda gerada pelo setor na safra 2014/2015 foi superior a R\$ 4,5 bilhões e distribuída basicamente em pequenos e médios municípios do interior do Paraná.

Olho na vacinação contra a raiva

Adapar confirmou 26 casos da doença no Paraná em 2015



Levantamento divulgado pela Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) revela que 21 bovinos foram diagnosticados com raiva em todo o Estado ao longo de 2015. Desse total, 15 no município de Prudentópolis, região Centro-Sul do Estado. Entre bovinos, equinos e ovinos, são 26 animais.

No ano passado 60 animais (entre bovinos, equinos, muas, caprinos e ovinos) morreram por causa da doença provocada pelo vírus do gênero *Lyssavirus*. A raiva leva o animal a morte quando não é vacinado. Os produtores rurais devem ficar atentos ao primeiro sintoma da doença, quando o animal começa a apresentar alterações de comportamento.

O médico-veterinário Ricardo Vieira, fiscal de Defesa Agropecuária da Adapar, explica que outros sinais indicativos de que o animal possa estar com raiva são: dificuldade em respirar, mugido constante, engasgo, hipersalivação, ranger dos dentes, tremores musculares, paralisia dos membros posteriores e andar cambaleante. “Posteriormente o animal cai, não consegue mais se levantar e morre por parada respiratória. Esse período é variável, mas normalmente dura entre dois e três dias”, acrescenta.

Por isso, Ricardo orienta o produtor que se observar algum animal com esses sintomas é preciso procurar uma unidade da Adapar mais próxima, que vai fazer a coleta do material e a análise em laboratório para confirmar se o animal, realmente, está com o vírus da raiva. Ele

lembra que o produtor deve vacinar seus animais (bovinos, búfalos, equinos, muas, caprinos e ovinos), se tiver ocorrência de raiva na sua região, por orientação da Adapar ou se ocorrer casos de animais sugados por morcegos.

No caso de ser a primeira dose do animal, um reforço da vacina deve ser aplicado após 30 dias. “A gente recomenda que nas regiões onde a raiva ocorre frequentemente os animais sejam vacinados anualmente”, reforça o fiscal.

De acordo com o médico-veterinário, no caso de animais com sintomas da raiva, o produtor nunca deve colocar a mão na boca dos animais que estão com salivação. “Normalmente o produtor acha que o animal está engasgado com algum objeto e tenta removê-lo colocando

a mão na boca do animal. Se esse animal estiver com raiva, o manipulador corre o risco de se cortar nos dentes do animal e expor a ferida à saliva desse animal, assim correndo o risco de se contaminar”. Além disso, ele recomenda ao produtor não manipular, matar ou capturar morcegos. “Não podemos esquecer que a raiva é uma zoonose (doença de animais que é transmitida ao homem). Por isso é muito importante comunicar as autoridades sanitárias sobre qualquer suspeita da ocorrência da doença porque ela não tem cura. É fatal aos homens e animais”.



Ricardo Vieira, fiscal de Defesa Agropecuária da Adapar

Show Pecuário em Cascavel

Primeira edição do evento voltado a pecuária de leite e de corte traz palestras, workshops e diversas atrações



Uma data para ficar marcada no calendário dos pecuaristas paranaenses. Nos dias 14, 15 e 16 de julho, acontece em Cascavel o Show Pecuário 2015, evento voltado à pecuária de corte e de leite e ovinocultura.

Idealizado pelo Sindicato Rural de Cascavel, e realizado em conjunto com a Sociedade Rural de Cascavel, o Show Pecuário conta nesta edição com animais da raça Angus, Brahman, Simental, Pardo Suíço, Jersey, Holandesa e Purunã, além de cavalos Crioulo e ovelhas, totalizando 200 bovinos, 100 ovinos e 20 cavalos de raça.

O evento conta com o apoio da FAEP e tem como foco a realização de negócios e a apresentação de tecnologias e produtos para o setor. Segundo o presidente do Sindicato Rural de Cascavel, Paulo Orso, trata-se de um evento técnico, com muita informação de qualidade para quem atua na pecuária. “O nosso público alvo basicamente é o agropecuarista, uma vez que o evento é destinado a ele, mas teremos também a presença de estudantes de cursos de agronomia e veterinária, além de caravana de agricultores trazidas pelas cooperati-

vas e entidades governamentais”, afirma.

Nesta primeira edição, o evento já tem palestras de peso na sua programação, como a do engenheiro-agrônomo Sérgio De Zen, professor doutor da Universidade de São Paulo (USP), que irá tratar do tema: “Tendências do Mercado de Corte e Leite”. Outro palestrante renomado é Fábio Medeiros, gerente nacional do programa Carne Angus Certificada, da Associação Brasileira de Angus (ABA), que abordará o tema “Carne Angus, Desafios e Oportunidades para o Estado do Paraná”.

Ao todo são 10 palestras, todas voltadas à prática da atividade agropecuária e aos desafios de mercado e novas tecnologias. O zootecnista da Emater e especialista em produção, gestão e sanidade de bovinos leiteiros, José Luiz Bortoluzzi da Silva, ministra a palestra: “Produção de Leite e Pasto e

Planejamento Forrageiro”, e o pesquisador do Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), Elir de Oliveira, dará palestra sobre: “Recuperação de pastagens em áreas declivosas” e mais tarde sobre “Recuperação, adubação de pastagens e integração lavoura e pecuária”.

A programação do evento também inclui, workshops, julgamento de animais e o 1º Leilão Show Angus. A estrutura do encontro inclui estandes de empresas, balcão de negócios para ovinos, equinos e bovinos e shopping agropecuário. Na ocasião também será realizado o 1º Simpósio Agropecuário do Oeste do Paraná.

SERVIÇO

Data: 14 a 16 de julho

Local: Parque de Exposições Celso Garcia Cid / Cascavel-PR

Inscrições no site: www.showpecuario.com.br

As (más) notícias dos preços mínimos

FAEP aponta equívocos nos cálculos do MAPA



Mais de um mês após o lançamento do Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2015/16, em 2 de julho, o MAPA divulgou no Diário Oficial do último dia 9 os preços mínimos das culturas de verão das safras 2015/2016. As notícias não são boas para os produtores. Os valores dos preços mínimos do feijão cores e preto sofreram redução de 17,89% e 17,14%, respectivamente. Já o milho em grãos, algodão em caroço, algodão em pluma, caroço de algodão, juta, malva, milho de pipoca e sorgo mantiveram os mesmos valores da safra anterior.

O milho teve o preço mantido em R\$17,67/a saca de 60kg. O preço do feijão cores que era de R\$ 95,00 foi reduzido para R\$ 78,00 e no feijão cores de R\$ 105,00 para R\$ 87,00 a saca de 60kg. No caso do feijão, o levantamento de custo variável de Campo Mourão para uma produtividade de 1.750kg/ha era de R\$82,46/a saca de 60 kg, em março de 2014, e no último levantamento rea-

lizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em março de 2015, reduziu para R\$ 77,70.

Para o governo, o custo de produzir feijão foi reduzido e das outras culturas, como milho em grãos, é o mesmo do ano passado, embora os custos de mão de obra, defensivos, fertilizantes, combustíveis, energia elétrica, dentre outros, apresentem variações de 5% a 93%. As sementes foram o único insumo que apresentou redução em algumas culturas.

Outra questão importante é que, além de Campo Mourão, o Paraná possui regiões mais representativas na produção de feijão - as maiores produtoras estão no Sul e Sudoeste. Faria mais sentido ser realizado os levantamentos de custos de produção da Conab nessas regiões.

Além disso, o preço mínimo da soja aumentou 5,08%, de R\$ 26,38 para R\$ 27,72/a saca de 60 quilos, para vigorar a partir de janeiro de 2016. Esse valor vale para todo o território nacional. No entanto, o governo não utiliza os mecanismos da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) para soja há muitos anos e o valor estabelecido está muito aquém do custo variável de produção.

As entidades representativas de produtores, dentre elas, a FAEP, têm reclamado que não há transparência no cálculo para definir o preço mínimo e que também não são chamadas pela Conab para participar dos levantamentos de custos de produção.

A notícia dos reajustes dos novos preços mínimos do MAPA informa ainda que eles foram baseados nos custos médios variáveis elaborados pela Conab e que os recursos da PGPM são provenientes das Operações Oficiais de Crédito.

Senado libera tratores de emplacamento



O Plenário do Senado aprovou no último dia 8 o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 8/2015, decorrente da Medida Provisória (MP) 673/2015. A MP isenta de licenciamento e de emplacamento as máquinas agrícolas e os veículos usados para puxar essas máquinas. O texto aprovado também impede a cobrança futura de IPVA e outras taxas sobre o maquinário. Esses veículos passarão a ser cadastrados com registro único, sem qualquer cobrança de impostos ou taxas.

A medida é uma antiga reivindicação dos produtores rurais. O relator da matéria, senador Blairo Maggi (PR-MT), informou que a exigência de registro será apenas para as máquinas agrícolas fabricadas a partir de 2016. Segundo o senador, a medida evita custos adicionais, além de evitar a burocracia de exigências “descabidas”, já que a maioria das máquinas agrícolas não transita em vias públicas.

A senadora Ana Amélia (PP-RS), presidente da Comissão de Agricultura, lembrou que “dois setores seguram a economia do país: a área de tecnologia e a agropecuária. Não seria justo penalizar o agronegócio”.

A matéria agora segue para sanção presidencial.

Informe

FUNDEPEC-PR

SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINANCEIRO FINDO 30/06/2015

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$				DESPESAS EM R\$			SALDO R\$
	REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES	FINANCEIRAS /BANCÁRIAS	
	1-13	14						
Taxa Cadastro e Serviços D.S.A	403.544,18	-	-	138.681,09	**542.225,27	-	-	-
Setor Bovídeos	8.444.549,48	278,44	-	28.253.344,15	-	2.341.952,64	-	34.892.729,85
Setor Suínos	10.323.319,02	2.210.606,80	-	2.955.217,96	-	181.518,99	-	15.307.624,79
Setor Aves de Corte	1.481.958,15	2.342.576,48	-	2.889.815,31	-	-	-	6.714.349,94
Setor de Equídeos	53.585,00	23.737,78	-	116.521,16	-	-	-	193.843,94
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-	-	11.507,36	-	-	-	17.345,97
Setor Aves de Postura	37.102,41	46.905,50	-	145.192,87	-	-	-	229.200,78
Pgto. Indenização Sacrifício Animais *	-	-	-	-	-	*141.031,00	-	(141.031,00)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-	-	-	-	-	77.567,43	(77.567,43)
Rest. Indenização Sacrifício Animais *	-	-	*141.031,00	-	-	-	-	141.031,00
TOTAL	20.744.182,00	4.624.105,00	141.031,00	34.510.279,90	**542.225,27	2.664.502,63	77.567,43	57.277.527,84
SALDO LÍQUIDO TOTAL								57.277.527,84

NOTAS EXPLICATIVAS

1) Repasses efetuados pela SEAB/DEFIS de acordo com o convênio: 1º - 14/12/2000 >> R\$ 500.000,00 | 2º - 23/07/2001 >> R\$ 2.000.000,00 | 3º - 04/09/2001 >> R\$ 380.000,00 | 4º - 28/12/2001 >> R\$ 2.120.000,00 | 5º - 21/05/2002 >> R\$ 710.000,00 | 6º - 26/07/2002 >> R\$ 2.000.000,00 | 7º - 16/12/2002 >> R\$ 2.167.000,00 | 8º - 30/12/2002 >> R\$ 204.000,00 | 9º - 08/08/2003 >> R\$ 600.000,00 | 10º - 08/01/2004 >> R\$ 400.000,00 | 11º - 30/12/2004 >> R\$ 1.300.000,00 | 12º - 01/12/2005 >> R\$ 1.600.000,00 | 13º - 17/12/2012 >> R\$ 6.763.182,00 | 14º - 06/08/2013 >> R\$ 4.624.105,00

2) Valores indenizados a produtores e restituídos pelo MAPA. (*)

3) Setor de Bovídeos ()**

a) Valor total da conta Taxa de Cadastro e Serviço (repasso mais rendimentos financeiros) da DSA referente ao setor de Bovídeos = R\$542.225,27

b) Valor total retido pela SEAB/DEFIS, referente ao total da conta taxa de cadastro e serviços da DSA do setor de Bovídeos = R\$ 542.225,27

4) Conforme Ofício nº 315/2004-Defis, valor transferido da subconta do Setor de Bovídeos e creditado para subconta do Setor de Ovinos e Caprinos, R\$ 5.714,85.

Ágide Meneguette
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
Contadora | CO-CRC/PR-045388/0-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.



Casa em Ordem

Dando continuidade à programação das palestras Casa em Ordem ministradas pelo consultor da FAEP, Dalton Celeste Rasêra, no período de 1 a 8 de julho foram realizadas:

- Em Realeza, no dia 1º, na Universidade Federal Fronteira Sul, com a participação de 38 produtores entre alunos e convidados. O presidente do sindicato rural, Antônio Binotto, esteve presente.
- Em Formosa do Oeste, no dia 6, no salão do Centro Social. Entre os alunos do Programa Empreendedor Rural, o prefeito José Roberto.
- Em Cafelândia, no dia 7 no sindicato rural.
- Em Cascavel, também no dia 7, no reassentamento da Usina de Salto Caxias.
- Em Toledo, no dia 8, na comunidade de Bom Princípio, com a participação de 43 produtores e da instrutora do PER, Michele Roco Piffer.

Comissão Técnica de Bovinocultura em campo



Dar aos agropecuaristas a oportunidade de conhecer novidades na cadeia de bovinocultura de corte e buscar orientações técnicas em uma conversa direta com pesquisadores. Esses foram alguns dos resultados da reunião da Comissão Técnica da Bovinocultura de Corte da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), que foi realizada como um Dia de Campo.

O encontro aconteceu em Guarapuava, nos dias 29 e 30 de junho e reuniu 60 produtores rurais. Os participantes visitaram áreas experimentais de integração lavoura-pecuária para o centro-sul paranaense desenvolvidas pelo Departamento de Agronomia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), pelos professores e Itacir Sandini e Sebastião Brasil Campos Lustosa.

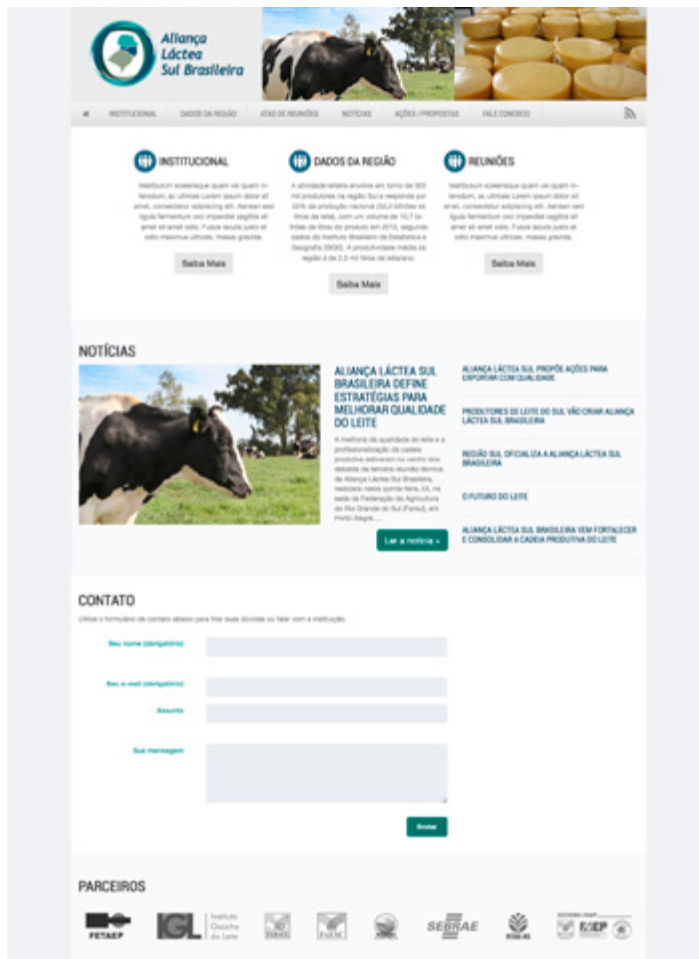
Visitaram pastagens com gado Jersey. Esse experimento é feito pelo doutorando Jony Cley dos Santos, que desenvolve uma tese sobre o tema.

No segundo dia, os produtores visitaram áreas de integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), incluindo pastagens de inverno e gado angus, na Fazenda Capão Redondo, em Cândói.

Sindicatos no Fórum de Feijão

De 24 a 26 de junho, representantes dos sindicatos rurais de Pato Branco, Ponta Grossa, Carambeí e Castro, principais regiões produtoras de feijão no Paraná, participaram do 1º Fórum Brasileiro do Feijão, realizado em Foz do Iguaçu com apoio da FAEP. Durante o evento foi discutido o futuro da cultura como tendência de consumo interno, exportação, varejo, organização da cadeia, compartilhamento de informações sobre mercado e ações para aumento de consumo.





Aliança Láctea

A Aliança Láctea Sul Brasileira colocará no ar no próximo dia 20 o seu site. Nele será possível ter acesso a informações sobre o próprio fórum e o desenvolvimento de suas ações e ainda se manter atualizado sobre dados e notícias do setor lácteo. “É um novo canal para agilizar a comunicação entre os integrantes, centralizando num mesmo ambiente as informações de interesse. Servirá ainda como um multiplicador das notícias do setor”, explica o coordenador da Aliança Láctea, Ronei Volpi.

A Aliança Láctea Sul Brasileira é um fórum público-privado permanente que busca o desenvolvimento harmônico do setor leiteiro dos três Estados do Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) com implementação de políticas e iniciativas conjuntas, utilizando as estruturas organizacionais já existentes.

Foi criada em setembro de 2014, para buscar a competitividade necessária a todos os elos da cadeia para a região sul inserir-se com sustentabilidade num cenário cada vez mais competitivo.

O endereço do site é www.aliancalactea.org.br

Carta

A leitora Ivoneti Bastiani, de Maringá, fez uma observação pertinente em relação à edição nº 1306 deste Boletim. Na matéria “Salvando a Pátria”, que trazia um apanhado de dados do IBGE sobre a produção agrícola brasileira, um dado chamou sua atenção. “No caso da segunda safra, a expectativa é de que a área plantada some 42 mil hectares e uma produção de 4,7 milhões de toneladas.”

Segundo ela, a conta não fecha, pois na safra normal numa área de 5,1 milhões de hectares colhe-se 16,9 milhões de toneladas.

Está correta sua observação, Ivoneti, a redação do BI entrou em contato com o Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria da Agricultura e Abastecimento e verificou que o dado do IBGE está 100% errado. O correto para a segunda safra é uma expectativa de produção de 278.933 toneladas em uma área de 132.409 ha.



ERRATA

Na edição do BI 1308, na matéria “Do produtor ao consumidor – os passos para exportar diretamente por contêineres”, o técnico da FAEP especialista em logística, Nilson Hanke Camargo é engenheiro-agrônomo.

ASTORGA



Motosserra

O Sindicato Rural de Astorga, em parceria com a Emater local, realizou dois cursos de Trabalhador na Operação e Manutenção de Motosserra, no município de Santa Fé. Participaram 12 trabalhadores rurais com o instrutor Laércio Jorge Kubiak.

ASSAÍ



Inseminação artificial

O presidente do Sindicato Rural de Assaí, Mamoru Cogio, em parceria com a Faculdade CETEPC de Tecnologia e os Núcleos dos Sindicatos Rurais do Norte Pioneiro e Norte Novo (Norpi e Nunorte), trabalhou para a implantação, no município, do curso Trabalhador na Bovinocultura de Leite - inseminação artificial na bovinocultura de leite. A primeira turma aconteceu de 23 a 26 de junho para 17 produtores rurais com o instrutor Sérgio Félix Pessoa.

SÃO JOÃO



Posse

No dia 19 de maio foi empossada a nova diretoria eleita do Sindicato Rural de São João. O evento contou com a presença do vice-presidente da FAEP e presidente do Sindicato Rural de Pato Branco, Oraldi Caldato. Foram eleitos: Arceny Bocalon como presidente; Gilberto Cella vice-presidente; Nilton Augustin secretário e Celso Roque Marcolina tesoureiro.

CIANORTE



Molhos e Temperos

Nos dias 11 e 12 de junho, o Sindicato Rural de Cianorte realizou o curso de Produção Artesanal de Alimentos – conservação de frutas e hortaliças, conservas de molhos e temperos. Participaram 13 produtoras rurais com a instrutora Cleidimar Rocha de Oliveira.

PALOTINA



Frutas e conservas

O Sindicato Rural de Palotina realizou, em parceria com a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, nos dias 25 e 26 de junho, o curso Produção Artesanal de Alimentos – conservação de frutas e hortaliças - conservas molhos e temperos. O curso foi dirigido às funcionárias de escolas e Centros Municipais de Educação Infantil. Participaram 15 cozinheiras com a instrutora Sílvia Lucia Neves.

CANDIDO DE ABREU



Apicultura

O presidente do Sindicato Rural de Cândido de Abreu, Dario Moura ministrou palestra, no dia 7 de maio, sobre Apicultura aos alunos da Casa Familiar Rural. Entre os temas abordados: o potencial de comercialização do mercado interno e externo e a necessidade de organização da atividade. Participaram 32 alunos do 2º e 3º anos do curso técnico agrícola.

CAMPINA DA LAGOA



Mandioca

O Sindicato Rural de Campina da Lagoa realizou nos dias 29 e 30 de junho o curso Produção Artesanal de Alimentos - beneficiamento e transformação caseira de mandioca. As aulas aconteceram nas instalações da Feira do Produtor Rural para 14 participantes, sob a orientação do instrutor Sérgio Kazuo Kawakami.

CAPANEMA



Panificação

O Sindicato Rural de Capanema realizou na comunidade de Duas Barras, nos dias 11 e 12 de junho, o curso Produção Artesanal de Alimentos – panificação. Participaram 15 produtoras com a instrutora Claudete Labonde.

Uma simples foto



Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo email: imprensa@faep.com.br com seu nome e endereço.

História brasileira

Dom Pedro I teve oito filhos, sete do primeiro casamento e um do segundo. Além deles, o imperador teve outros seis filhos de relações extraconjugais. Seu filho, Dom Pedro II, foi aclamado Imperador aos 14 anos de idade, permanecendo no poder até os 63 anos. Os primeiros negros escravos foram trazidos para o Brasil no ano de 1538. Até a assinatura da Lei Áurea entraram no país algo em torno de 15 milhões de escravos. Muitos escravos compravam sua liberdade trabalhando como vendedores. Em 1.750, uma carta de alforria chegava a custar 150 mil réis, preço maior do que o de uma residência simples, que custava 120 mil. Quando foi abolida a escravidão, o país contava mais de 723 mil escravos.



Vinhos

O maior produtor mundial de vinhos é a França, com uma produção estimada de 46,2 milhões de hectolitros (cada hectolitro equivale a 100 litros de vinho). Mas os maiores consumidores do mundo são os chineses. Só em 2014, eles consumiram o equivalente a 2 bilhões de garrafas.



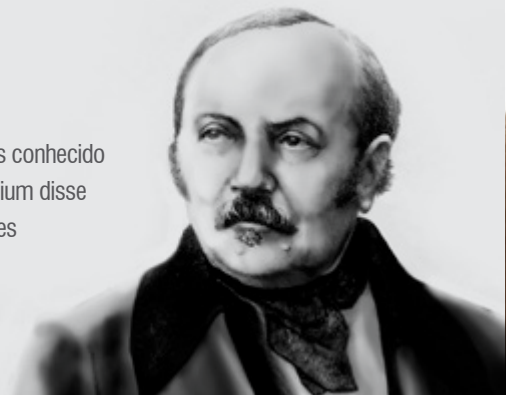
Estúpidos



Os russos seguem à risca: a vodka deve ser tomada pura e consideram qualquer tipo de mistura com a sua preciosidade coisa de estúpidos, mesmo que seja até gelo. Ele priorizam a pureza da bebida e dão valor a cada gota do destilado. Portanto, se você é chegado a uma caipiroska ou outra mistura, para os russos, você é um(a) estúpido(a).

Alan Kardec

O termo “espiritismo” foi criado pelo francês Hippolyte Léon Denizard Rivail (1804-1869), mais conhecido como Allan Kardec. Ele começou a frequentar as reuniões espíritas por curiosidade e um médium disse que ele já fora um celta chamado Allan Kardec e que deveria reunir os ensinamentos e conclusões dos últimos séculos numa doutrina que propagasse as ideias de Cristo e trouxesse alívio para a humanidade. Isso o levou a reunir os ensinamentos do Livro dos Espíritos. Allan Kardec afirmava que não escrevia livros espíritas, ele apenas “os codificava”.



Chê

Ernesto Che Guevara percorreu quase toda a América do Sul numa moto chamada La Poderosa. Em companhia do amigo Alberto Granda, e foi retratada no filme Diários de Motocicleta, do cineasta brasileiro Walter Salles. Apesar do nome La Poderosa, a moto Norton de 500 cilindradas só aguentou a viagem até o Chile. Che foi obrigado a prosseguir de ônibus e de carona.



Liechtenstein

É um pequeno principado da Europa Central, situado entre a Suíça e a Áustria, o último remanescente do Sacro Império Romano e é um Estado independente com laços muito estreitos com a Suíça. Sua população é próxima a 35 mil habitantes, que vivem em 160 quilômetros quadrados, falam alemão e usam o franco-suíço como moeda. Com um alto padrão de vida, Vaduz, sua capital, é um importante centro de comércio e de bancos internacionais.

Comércio

Fundada em 1906 por William Colgate (imagem), no Estados Unidos, a Colgate-Palmolive é uma das maiores multinacionais do mundo. Ela está presente em 200 países. A rede de varejo de roupas C&A foi fundada na Holanda em 1.841 por dois irmãos: Clemens e August (daí o C&A). A Lojas Renner foi fundada por Antônio Jacob Renner, gaúcho de origem alemã, no ano de 1.912. O grupo varejista francês Carrefour (pronúncia verdadeira: “cárfur”, que significa “cruzamento”) possui mais de 15 mil lojas ao redor do mundo.



Bioma nacional

Caatinga significa “mata branca” e na região predomina o cinza e o branco nos períodos de estiagem e é o único bioma exclusivamente brasileiro. Sua área original era de 740 mil quilômetros quadrados. Hoje, mais de 50% dela está devastada. O bioma da caatinga engloba territórios dos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, além do Norte de Minas Gerais. O clima típico da região de caatinga é o semi-árido, cuja maior característica são as chuvas escassas e mal distribuídas ao longo do ano.



Exóticas

Raça de galinhas diferente, as Silkies (que em tradução quer dizer sedosa) é uma espécie fofo das aves usadas como animal de estimação por serem muito dóceis. Com uma plumagem diferente das galinhas comuns - penas mais sedosas e macias, podem ser encontradas nas cores vermelha, dourada, azul, preta, branca e perdiz. Botam três ovos por semana, e podem chocar até os de outras aves. Elas foram trazidas da Ásia para a Europa há séculos por criadores holandeses que tentaram enganar potenciais compradores dizendo que elas eram resultado de cruzamentos de coelho e galinhas.



Problema

Pesquisadores dizem que o cabelo humano cresce em média um centímetro por mês. Um único fio de cabelo não possui uma resistência muito grande, suportando um peso médio de no máximo 100 gramas e a cabeça humana teria mais de 150 mil fios. Se você é careca ou está nesse caminho, esqueça o que acabou de ler, mas mantenha as esperanças porque uns japas descobriram que células tronco acabam com a calvície.



O QUE SIGNIFICA “CAPITAL DE GIRO?”

Um viajante chega numa cidade e entra num pequeno hotel. Na recepção, entrega duas notas de R\$ 100,00 e pede para ver um quarto. Enquanto o viajante inspeciona os quartos, o gerente do hotel sai correndo com as duas notas de R\$ 100,00 e vai até o açougue pagar sua dívida com o açougueiro.

Este pega as duas notas e vai ao criador de suínos a quem, coincidentemente, também deve R\$ 200,00 e quita a dívida. O criador, por sua vez, pega também as duas notas e corre ao veterinário para liquidar uma dívida de R\$ 200,00.

O veterinário, com as duas notas em mãos, vai até uma boate quitar a dívida com uma das moças que ali prestam serviços. Coincidentemente, a dívida era de R\$ 200,00.

A moça sai com o dinheiro em direção ao hotel, lugar onde, às vezes, levava seus clientes e que ultimamente não havia pago pelas acomodações. Valor total da dívida: R\$ 200,00. Ela avisa ao gerente que está pagando a conta e coloca as notas em cima do balcão.

Nesse momento, o viajante retorna dos quartos, diz não ser o que esperava, pega as duas notas de volta, agradece e sai do hotel. Ninguém ganhou ou gastou nenhum centavo, porém agora toda a cidade vive sem dívidas, com o crédito restaurado e começa a ver o futuro com confiança!

Moral da História: “Não queira entender Economia”



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em / /
Em / /

Responsável

SISTEMA FAEP



SISTEMA FAEP/SENAR-PR

FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br
SENAR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

A versão digital deste informativo
está disponível no site:

sistemafaep.org.br